

Líder sindical, João Lins Pereira vira anistiado político

COMISSÃO DE ANISTIA

Líder sindical, João Lins Pereira vira anistiado político

Ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano não consegue aumentar indenização

Comissão de Anistia, colegiado de Estado vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, declarou como anistiado político o líder sindical João Lins Pereira, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano, porém, rejeitou pedido da defesa dele em reajustar o valor da indenização.

Pereira morreu em junho, aos 88 anos. Pernambucano de Recife, veio para São Paulo e iniciou a vida metalúrgica na empresa Mannesmann. Ele se diretor do sindicato e, em 1975, o seu presidente até 1988. Depois, comandou a Cooperativa dos Metalúrgicos do ABC e foi diretor do Sindi-

cato dos Aposentados.

O sindicalista foi alvo da ditadura militar nos anos 1970 e 1980, período em que o governo interveio em sindicatos de metalúrgicos na região, epicentro das grandes greves e do início de movimentos pela redemocratização do País.

Em 1980, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano foi alvo de ação da ditadura, bem como o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá, presidido à época por Benedito Marclio, e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema (posteriormente do ABC), gerido por Luiz Inácio Lula da Silva. Pereira já havia entrado

com pedido para ser anistiado político, requerimento esse acatado parcialmente em 2008. Ele recorreu e a nova avaliação foi externada nesta semana.

Relatora do processo na Comissão de Anistia, Enéa de Stutz e Almeida reconheceu que João Lins Pereira foi perseguido pela ditadura, mas somente pelo fato de ter interrompido mandato de presidente sindical.

"Certidão da Abin juntada aos autos demonstra claramente os prejuízos que o João Lins Pereira sofreu por perseguição política, intervenção no sindicato, problemas até mesmo para a continuidade do mandato sindical. Não há nenhuma prova de que ele tenha sido preso ou respondido durante o período de repressão nem mesmo tenha perdido seu vínculo

laboral. A carteira de trabalho demonstra que ele ficou empregado até fevereiro de 1984 na Mannesmann. Ele entrou na Mannesmann em 2 junho 1963, saiu em 1972, mas volta na mesma função um dia depois. Então ele fica de 2 de junho de 1963 a fevereiro de 1984", declarou. Apesar da rejeição ao recurso, João Lins Pereira teve direito a uma reparação econômica do Estado e um pedido formal de desculpas.

COMISSÃO DE ANISTIA

Recomposta em 17 de janeiro de 2023, a Comissão de Anistia é um colegiado de Estado criado pela Lei nº 10.559/2002. A nova composição iniciou seus trabalhos a partir da publicação do atual regimento interno do setor, em 23 de março deste ano. O órgão está vinculado

à Assessoria Especial em Defesa da Democracia, Memória e Verdade do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, e tem a missão de conceder anistia política, exclusivamente, a perseguidos pelo Estado brasileiro no período de 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988.

Os requerimentos são analisados observando a ordem cronológica de protocolo, aplicando-se ainda requisitos específicos de prioridade como idade, doença, desemprego e renda inferior a cinco salários mínimos. No atual modelo, entre as novidades, o regimento interno traz a possibilidade de requerimentos coletivos e a exigência de pedido de desculpas em nome do Estado brasileiro em casos de deferimentos dos pedidos. RR

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política **Página:** 4